

Demonstrações Financeiras

TAG Tecnologia para o
Sistema Financeiro S.A.

30 de junho de 2024

com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balancos Patrimoniais	7
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da administração

Senhores acionistas,

Em 17 de agosto de 2018, a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia” ou “TAG”) foi constituída.

Em 19 de outubro de 2020, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Companhia, uma infraestrutura do mercado financeiro que tem por objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos.

Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o Banco Central do Brasil postergou a data originalmente prevista para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações, de fato, no fim do segundo trimestre de 2021, em 07 de junho, em consonância com a regulamentação instituída pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.734/19 e alterações.

Com o início das operações em 07 de junho de 2021, e dificuldades enfrentadas pelo sistema de interoperabilidade das registradoras nas primeiras semanas de funcionamento, a Companhia teve um aumento expressivo nos seus custos e despesas, o que resultou em uma piora do resultado líquido. Porém, com a estabilização da operação, a TAG intensificou sua busca por otimização operacional, através da redução de custos e despesas ao longo do exercício de 2022. Esse comportamento se manteve ao longo do ano de 2023 e os custos e despesas da Companhia foram estabilizados no período. A Companhia segue trabalhando para oferecer uma plataforma de infraestrutura tecnológica de ponta para o mercado brasileiro.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 30 de junho de 2024, os ativos totalizaram R\$ 112,6 milhões, apresentando uma redução de R\$ 6,9 milhões em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 119,5 milhões. Essa redução se deu em sua maior parte nas rendas a receber, que se referem principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços e líquidos da provisão para perdas esperadas com risco de crédito, totalizando R\$ 11,3 milhões em 30 de junho de 2024. A queda da provisões para perdas esperadas com risco de crédito se deu pela renegociação e o pagamento com o principal devedor da TAG.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$ 80,0 milhões, representando uma redução de R\$ 0,7 mil em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 80,7 milhões. Em 30 de junho de 2024, o capital social da TAG é representado por 125.841.778 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 75,7 milhões, subscritas e integralizadas, R\$ 50,1 milhões serão integralizadas até janeiro de 2025. No semestre findo em 30 de junho de 2024, a principal variação no patrimônio líquido foi o prejuízo apurado no montante de R\$ 1,2 milhão.

Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a TAG apurou prejuízo de R\$ 1,2 milhão (R\$ 11,5 milhões de lucro líquido no semestre findo em 30 de junho de 2023).

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas operacionais:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta e conciliação e anuência, totalizaram R\$ 42,6 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2024, representando uma redução de 27,4%, em relação às receitas operacionais de R\$ 58,6 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2023. A queda na receita líquida se deu principalmente pela redução da operação da interoperabilidade no serviço de atualizações de contrato. Com a nova precificação, passamos a depender menos das oscilações do volume de atualização de contrato. O principal serviço passou a ser manutenção de contrato. Com isso, a oeração dos recebíveis do contrato passou a ser o principal produto na interoperabilidade, seguido de consulta de agenda.
- **Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados de processamento de dados e licenças de softwares utilizados na operação totalizou R\$ 20,9 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2024, 26,4% maior que os custos apurados no exercício findo em 30 de junho de 2023, no montante de R\$ 16,5 milhões. O aumento se deu pela contratação de uma ferramenta que auxiliará no desenvolvimento da plataforma de dados.

- **Despesas de pessoal:** A redução de R\$ 9,1 milhões se deu principalmente por conta de uma reestruturação de colaboradores, reduzindo assim os gastos com a folha salarial da Companhia, levando a uma diminuição nas despesas de pessoal em 37,1% no semestre findo em 30 de junho de 2024, pelo montante de R\$ 19,8 milhões, enquanto no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 24,5 milhões.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria da
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

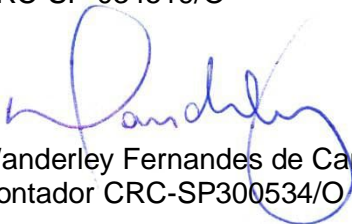
relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP300534/O

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		87.037	97.375
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.570	69.585
Disponibilidades		69.560	69.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10	385
Instrumentos financeiros		11.307	16.488
Rendas a receber	5.2	16.131	24.312
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito	5.3	(4.824)	(7.824)
Outros créditos		6.160	11.302
Despesas antecipadas	6	2.771	3.886
Impostos e contribuições a compensar	7.4	2.133	7.087
Outros ativos		1.256	329
Não circulante		25.542	22.151
Realizável a longo prazo		6.271	6.456
Instrumentos financeiros		13	1
Contas a receber de sociedades ligadas	17	13	1
Outros créditos		6.258	6.455
Ativos fiscais diferidos	7.3	6.231	6.433
Outros ativos		27	22
Imobilizado de uso		263	322
Instalações, móveis e equipamentos de uso		619	619
(-) Depreciação acumulada		(356)	(297)
Intangível	8	19.008	15.373
Ativos intangíveis		31.794	25.900
(-) Amortização acumulada		(12.786)	(10.527)
TOTAL DO ATIVO		112.579	119.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		27.145	36.012
Outras obrigações		27.145	36.012
Obrigações sociais e estatutárias	9	17.042	20.499
Provisão para pagamentos a efetuar	10	8.182	6.928
Fornecedores		984	1.353
Impostos e contribuições a recolher	7.4	936	7.222
Outros passivos	9	1	10
Não circulante		5.396	2.774
Instrumentos financeiros		3.867	1.209
Contas a pagar a sociedade ligadas	17	3.867	1.209
Outras obrigações		1.529	1.565
Obrigações fiscais diferidas	7.3	799	934
Provisão para pagamentos a efetuar	10	730	629
Provisão para contingências		—	2
Patrimônio líquido	11	80.038	80.740
Capital social	11.1	75.728	75.728
Reserva de capital	11.2	3.827	3.316
Reserva legal	11.3	1.696	1.696
Lucros (prejuízos) acumulados		(1.213)	—
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.579	119.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Receitas operacionais	12.1	42.588	58.644
Receita de prestação de serviços		42.588	58.644
Resultado bruto da intermediação financeira		3.000	5.964
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		—	1.849
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	5.3	3.000	4.115
Outras receitas (despesas) operacionais		(46.708)	(45.844)
Custo dos serviços prestados	13	(20.871)	(16.512)
Despesas de pessoal	14	(19.777)	(24.530)
Despesas administrativas	15	(3.474)	(2.950)
Depreciação e amortização		(2.318)	(3.689)
Outras receitas operacionais		993	2.111
Outras despesas operacionais	16	(1.261)	(274)
Resultado operacional		(1.120)	18.764
Resultado não operacional		—	(673)
Resultado antes da tributação		(1.120)	18.091
Imposto de renda e contribuição social		(93)	(6.560)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.2	(26)	(3.630)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	(67)	(2.930)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(1.213)	11.531
Lucro líquido (prejuízo) por ação (R\$)		(0,01)	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(1.213)</u>	<u>11.531</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(1.213)</u></u>	<u><u>11.531</u></u>

TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		75.728	1.890	930	—	—	78.548
Pagamento baseado em ações	11.2	—	743	—	—	—	743
Lucro do semestre		—	—	—	—	11.531	11.531
Destinações do lucro líquido do semestre:							
Reserva legal	11.3	—	—	577	—	(577)	—
Dividendo mínimo obrigatório	11.5	—	—	—	—	(2.739)	(2.739)
Reserva de lucros para investimentos	11.4	—	—	—	8.215	(8.215)	—
Saldos em 30 de junho de 2023		75.728	2.633	1.507	8.215	—	88.083
Saldos em 31 de dezembro de 2023		75.728	3.316	1.696	—	—	80.740
Pagamento baseado em ações	11.2	—	511	—	—	—	511
Prejuízo do semestre		—	—	—	—	(1.213)	(1.213)
Saldos em 30 de junho de 2024		75.728	3.827	1.696	—	(1.213)	80.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Lucro líquido (prejuízo) do período		(1.213)	11.531
Ajustes ao Lucro (prejuízo):		(1.122)	3.268
Depreciação e amortização		2.318	3.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	67	2.930
Outras receitas operacionais		(1.016)	20
Provisão para contingências		(2)	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.000)	(4.115)
Pagamento baseado em ações	11.2	511	743
Variações nos ativos e passivos		8.187	11.800
Rendas a receber		8.181	16.800
Outros créditos		5.001	7.994
Despesas antecipadas		1.115	2.195
Obrigações sociais e estatutárias		(3.457)	59
Impostos e contribuições a recolher		(5.349)	(5.802)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		—	(2.739)
Outros passivos		3.633	(752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(937)	(5.955)
Caixa líquido das atividades operacionais		5.852	26.599
Aquisição de imobilizado		—	(22)
Capitalização de ativos intangíveis	8	(5.894)	(5.862)
Caixa líquido das atividades de investimento		(5.894)	(5.884)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		27	—
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(15)	20.715
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		69.585	66.699
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	69.570	87.414
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(15)	20.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia” ou “TAG”), constituída em 17 de julho de 2018, empresa controlada pela STNE Participações em Tecnologia S.A. (“STNE Par Tec”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.581, conjuntos 903 a 905 – Vila Olímpia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto principal atuar como instituição operadora de sistema do mercado financeiro, na categoria de entidade registradora, de modo a criar e operar sistema de registro de ativos financeiros, com a finalidade de armazenar informações referentes a ativos financeiros não objeto de depósito centralizado, as suas transações e às garantias a eles vinculadas e realizar a escrituração de títulos de créditos, quando assim autorizada por autoridade competente.

Em 19 de outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) para a Companhia atuar como infraestrutura do mercado financeiro. Como consequência, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às infraestruturas do mercado financeiro que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o BACEN postergou a data originalmente prevista, de 03 de agosto de 2020, para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações no dia 07 de junho de 2021, prazo estabelecido pelo BACEN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN,”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, a determinação da vida útil dos ativos permanentes, a provisão para perdas esperadas com risco de crédito, provisão para contingências e provisão para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de agosto de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir.

3.1 Classificação como circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2 Lucro/Prejuízo por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

3.3 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

A Companhia não teve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

3.4 Provisão para contingências

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em março de 2023, a TAG atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Companhia passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos.

Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Companhia reavaliou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, o Grupo estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Essa mudança foi possível pela maturação da carteira contenciosa.

- Provisões trabalhistas e cíveis – Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da Companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

3.5 Principais normas que regem o negócio da TAG:

A TAG é uma instituição operadora de sistema do mercado financeiro (IOSMF) e, dessa forma, está sujeita as normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) que se aplicam às registradoras e a atividade de registro de recebíveis.

Desta forma, destacam-se as três normas abaixo, como as normas chaves para a sustentação do negócio:

- Resolução BCB n. 304/23 que dispõe sobre o exercício da atividade da registradora, regulando desde a alta administração, até o ambiente de interoperabilidade entre as casas, passando, por exemplo, por temas de GCN, Segurança da Informação, Riscos e Compliance;
- Resolução BCB n. 264/22 que dispõe sobre as regras do registro de recebíveis decorrentes de transações no âmbito de arranjo de pagamento baseado em conta pós-paga e de depósito à vista integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); e
- Resolução CMN n. 4.734/19 que dispõe sobre as condições e procedimentos para a realização de operações de desconto de recebíveis de arranjo de pagamento integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro baseado em conta pós-paga e de depósito à vista e de operações de crédito garantidas por esses recebíveis, por parte das instituições financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20 e alterações, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2. Saldos em R\$

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades – em moeda nacional	69.560	69.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	10	385
	69.570	69.585

(a) As aplicações financeiras tiveram remunerações baseadas nos prazos estabelecidos, onde a taxa poderia alcançar até 100% do CDI.

5. Rendas a receber

5.1 Políticas contábeis

As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de transação financeira.

5.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

5.2.1 Provisão para perdas esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito da Companhia considera as taxas baseadas em dias de atrasos. Uma provisão para perda é constituída para os títulos vencidos há mais de 30 dias, que são provisionados em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial).

5.2 Composição de rendas a receber:

O montante é de R\$ 16.131 em 30 de junho de 2024 (R\$ 24.312 em 31 de dezembro de 2023).

5.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas com risco de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(7.824)	(11.279)
Reversão	3.000	3.455
Saldo final	(4.824)	(7.824)

6. Despesas antecipadas

	30/06/2024	31/12/2023
Licença software operacional	1.765	3.420
Licença software administrativo	1.006	297
Software data center - operacional (a)	—	169
	2.771	3.886
Circulante	2.771	3.886
Não circulante	—	—

(a) Refere-se a despesas antecipadas de serviços de licença de uso de software.

7. Imposto de renda e contribuição social

7.1 Políticas contábeis

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

7.1.1 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

7.2 Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.120)	18.091
Alíquotas vigentes - %	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	381	(6.151)
Adições/Exclusões permanentes	(474)	(409)
Imposto de renda e contribuição social	(93)	(6.560)
Impostos correntes	(26)	(3.630)
Impostos diferidos	(67)	(2.930)
Imposto de renda e contribuição social	(93)	(6.560)

7.3 Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2023	Movimentação	30/06/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	—	1.900	1.900
Provisão para participação nos lucros	2.021	(1.176)	845
Provisão para pagamento baseado em ações	937	166	1.103
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	2.660	(1.020)	1.640
Demais diferenças temporárias	815	(72)	743
Total ativo fiscal diferido	6.433	(202)	6.231
Obrigações fiscais diferidas	(934)	135	(799)
Total passivo fiscal diferido	(934)	135	(799)
Impostos diferidos, líquidos	5.499	(67)	5.432

A Companhia fez um estudo de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos e não foi identificado nenhum indício de não realização.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
6M2024	2.137
2025	3.190
2026	183
2027	571
2028	104
2029	46
Total	6.231

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2024 é de R\$ 5.354 (R\$ 5.533 em 31 de dezembro de 2023) descontados à taxa média de captação da Companhia.

7.4 Impostos e contribuições a compensar e a recolher:

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	678	5.113
CSLL a compensar	259	1.915
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	1.089	—
Outros	107	59
Impostos e contribuições a compensar	2.133	7.087
IRPJ sobre o lucro a pagar	—	4.257
CSLL sobre o lucro a pagar	—	1.655
Impostos e contribuições sobre faturamento	845	1.271
Outros	91	39
Impostos e contribuições a recolher	936	7.222

8. Intangível

8.1 Políticas contábeis

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%
- Licenças de uso – 20%

8.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.924/21.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto impostos diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

8.2. Movimentações

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 30/06/2024</u>
Software	21.709	—	—	—	21.709
Licenças de uso	877	—	—	—	877
Intangível em andamento	3.314	5.894	—	—	9.208
Custo	25.900	5.894	—	—	31.794
Software	(8.923)	(3.328)	1.157	(1.216)	(12.310)
Licenças de uso	(1.604)	(88)	—	1.216	(476)
Amortização acumulada	(10.527)	(3.416)	1.157	—	(12.786)
Intangível, líquido	15.373	2.478	1.157	—	19.008

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 30/06/2023</u>
Software	12.405	5.797	—	—	18.202
Licenças de uso	877	—	—	—	877
Intangível em andamento	1.019	65	—	—	1.084
Custo	14.301	5.862	—	—	20.163
Software	(3.599)	(3.544)	—	—	(7.143)
Licenças de uso	(214)	(87)	—	—	(301)
Amortização acumulada	(3.813)	(3.631)	—	—	(7.444)
Intangível, líquido	10.488	2.231	—	—	12.719

9. Obrigações sociais e estatutárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	14.556	14.556
Provisão para bônus e participação nos lucros	2.486	5.943
	17.042	20.499

10. Provisão para pagamentos a efetuar

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e encargos	6.726	5.172
Processamento de dados (a)	1.361	1.401
Interoperabilidade	109	383
Outros	716	601
	<u>8.912</u>	<u>7.557</u>
Circulante	8.182	6.928
Não circulante	730	629

(a) Refere-se basicamente a serviços de armazenamento de dados em nuvem.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital social é representado por 125.841.778 (em 31 de dezembro de 2023, 125.841.778) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor total R\$ 75.728 (R\$ 75.728 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscritas e integralizadas.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 06 de agosto de 2021, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 80.000, sendo 80.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Sendo que R\$ 29.886 foram integralizados no ato e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 50.114 que serão integralizados até janeiro de 2025.

11.2. Reserva de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a TAG constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 511 (R\$ 743 no semestre findo em 30 de junho de 2023), totalizando R\$ 3.827 (R\$ 2.633 no semestre findo em 30 de junho de 2023), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 18).

11.3. Reserva legal

Em 30 de junho de 2024, não ocorreu constituição de reserva legal. No semestre findo 30 de junho de 2023 foi constituída a reserva no montante de R\$ 577, equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social. O saldo total da reserva legal é de R\$ 1.696 no semestre findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 1.507 no semestre findo em 30 de junho de 2023).

11.4. Reserva de lucros para investimentos

Em 30 de junho de 2024, não ocorreu constituição de reserva de lucros para investimentos. No semestre findo 30 de junho de 2023 o montante de reserva de lucros para investimentos constituído foi de R\$ 8.215.

11.5. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido conforme o Estatuto Social da Companhia (em 2023 o estatuto social da TAG estabelecia como distribuição de dividendos mínimos obrigatórios 25%).

No semestre findo em 30 de junho de 2024, não ocorreram distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. No semestre findo em 30 de junho de 2023 o montante distribuído foi de R\$ 2.739.

12. Receitas operacionais

12.1. Política contábil

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- identificação dos contratos com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida líquida dos impostos sobre as vendas, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

12.1.1. Receitas operacionais

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão representadas na demonstração do resultado como “Receita de prestação de serviços”, as quais incluem receitas provenientes da prestação dos seguintes serviços:

- Negociação de recebíveis: antecipação pós contratada; troca de titularidade; ônus e gravames.
- Consulta e conciliação: posição, averbação e histórico de recebíveis; emissão de certidão; e, conciliação diária de agenda.
- Anuência: gestão da permissão de acesso aos dados de recebíveis de estabelecimentos comerciais registrados na plataforma da Companhia.

12.1.2. Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota – %	
	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) ^(a)	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ^(a)	3,00%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) ^(b)	2,00% - 5,00%	-

- (a) O PIS e a COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 13) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais.
- (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 13) em contrapartida a impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5% conforme cada município.

12.1.3. Resultado bruto da intermediação financeira

“Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras.

12.2. Composição dos saldos

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Receita de prestação de serviços	45.634	62.867
Impostos sobre serviços	(3.046)	(4.223)
	42.588	58.644

13. Custo dos serviços prestados

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Processamento de dados	(19.587)	(15.686)
Despesas com serviços - consulta base registradoras	(965)	(826)
Viagens	(316)	—
Outros custos	(3)	—
	(20.871)	(16.512)

14. Despesas de pessoal

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Salários e proventos	(11.213)	(15.749)
Encargos sociais	(4.712)	(5.444)
Benefícios	(2.973)	(2.626)
Pagamento baseado em ações (Nota 18)	(855)	(709)
Treinamentos	(21)	(2)
Outros	(3)	—
	(19.777)	(24.530)

15. Despesas administrativas

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Processamento de dados	(1.080)	(1.382)
Serviços técnicos especializados	(1.182)	(343)
Viagens	(90)	(216)
Despesas tributárias	(269)	(115)
Aluguéis	(62)	(64)
Outros	(791)	(830)
	(3.474)	(2.950)

16. Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Descontos concedidos (a)	(1.242)	(27)
Outras despesas operacionais	(19)	(247)
	(1.261)	(274)

(a) Refere-se aos descontos financeiros concedidos sobre as notas fiscais emitidas.

17. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas da Companhia e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	Semestre findo em 30/06/2024	Exercício findo em 31/12/2023
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	69.560	69.200
Caixa e equivalentes de caixa	69.560	69.200
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	8	—
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlador final comum)	1	1
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	4	—
Contas a receber de sociedades ligadas	13	1
Passivos	Semestre findo em 30/06/2024	Exercício findo em 31/12/2023
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador direto)	14.556	14.556
Dividendos e JSCP a pagar	14.556	14.556
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	3.739	304
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	—	349
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlador final comum)	116	548
Linx Sistema e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	12	8
Contas a pagar a sociedades ligadas	3.867	1.209
Receitas	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	17.073	13.625
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	1.016	466
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlador final comum)	13	17
Equals S.A. (controlador final comum)	—	2
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	31	—
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	82	—
Receita de prestação de serviços	18.215	14.110
Despesas	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Stone Instituição de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	1.139	937
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlador final comum)	729	562
Linx Sistema e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	61	101
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlador final comum)	1	—
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	—	4
Custo dos serviços prestados	1.930	1.604

Principais operações com partes relacionadas:

Contas a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos referem-se a prestação de serviço de gestão de recebíveis e receita de serviços.

Contas a pagar a sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos referem-se substancialmente a rateio de despesas.

Pessoas-chave

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 2.226 (R\$ 2.099 no semestre findo em 30 de junho de 2023).

18. Pagamento baseado em ações

A Controladora StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável. Os colaboradores da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Conforme detalhado abaixo, a Companhia possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas (“UAR”) e Unidades de Ações de Desempenho (“UAD”).

O bônus anual baseado em metas da Companhia é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs.

Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista (“RTA”) medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição.

18.1. Políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga.

Em 30 de junho de 2024 não havia UARs a serem emitidas para os beneficiários.

18.1.2. Unidade de ações restritas

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

18.1.2. Unidade de ações de desempenho

Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”). Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido e dão aos beneficiários o direito de receber ações se a Companhia atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista (“RTA”) para um período específico. As UADs concedidas não resultam na entrega de ações aos beneficiários e expiram se a condição mínima de desempenho não for atendida. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência. A condição de desempenho é considerada para estimar o valor justo na data de outorga e da quantidade de UADs que se espera emitir, com base em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativa de padrões de desempenho que possam ocorrer.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. Para estimar o número de prêmios que são considerados adquiridos para fins contábeis, foi considerado exclusivamente se a condição de serviço foi atendida, mas o alcance das metas RTA é ignorado. Mesmo assim, se as metas de RTA não forem alcançadas, a despesa será reconhecida e não revertida para as UADs para as quais a condição de serviço foi atendida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga.

18.2. Movimentação de pagamento baseado em ações

As movimentações ocorridas em 2024 e 2023 de UARs, UADs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	UADs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.906	54.944	4.158	128.008
Outorgadas	48.901	—	—	48.901
Emitidas	(1.294)	—	—	(1.294)
Transferências entre empresas do grupo	271	—	—	271
Saldos em 30 de junho de 2023	116.784	54.944	4.158	175.886
Saldos em 31 de dezembro de 2023	65.317	—	4.158	69.475
Outorgadas	32.737	—	—	32.737
Emitidas	(4.772)	—	—	(4.772)
Canceladas	(16.506)	—	—	(16.506)
Saldos em 30 de junho de 2024	76.776	—	4.158	80.934

No semestre findo em 30 de junho de 2024, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 855 (R\$ 709 no semestre findo em 30 de junho de 2023), na rubrica de Despesas de pessoal.

O valor justo de cada opção de compra de ações outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton (com preço médio ponderado de exercício de US\$ 24).

19. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos na TAG conta com as seguintes frentes de atuação: risco de mercado, de liquidez, operacional, continuidade do negócio, capital, cibernético e conformidade. Para garantir maior eficiência na gestão de riscos e de controles, a Companhia adota o modelo segregado em três linhas, onde cada uma delas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança, possuindo suficiente autonomia, independência e recursos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

19.1. Risco de mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia:

- *Risco pré (taxa de juros):* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos
- *Risco cambial:* risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio. A Companhia não possui exposição significativa ao risco cambial.

19.2. Risco de liquidez: é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa seguro.

19.3. Instrumentos financeiros por categoria:

(i) Ativos conforme o balanço patrimonial:

	Negociação	Mantido até o vencimento	Total
Aplicações financeiras	10	—	10
Rendas a receber	—	16.131	16.131
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito	—	(4.824)	(4.824)
Contas a receber de sociedades ligadas	—	13	13
Outros ativos	—	1.283	1.283
Em 30 de junho de 2024	10	12.603	12.613
Aplicações financeiras	385	—	385
Rendas a receber	—	24.312	24.312
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito	—	(7.824)	(7.824)
Contas a receber de sociedades ligadas	—	1	1
Outros ativos	—	351	351
Em 31 de dezembro de 2023	385	16.840	17.225

(ii) Passivos conforme o balanço patrimonial:

	Custo amortizado	Total
Fornecedores	984	984
Provisão para pagamentos a efetuar	8.912	8.912
Obrigações sociais e estatutárias	17.042	17.042
Contas a pagar a sociedade ligadas	3.867	3.867
Em 30 de junho de 2024	30.805	30.805
Fornecedores	1.353	1.353
Provisão para pagamentos a efetuar	7.557	7.557
Obrigações sociais e estatutárias	20.499	20.499
Contas a pagar a sociedade ligadas	1.209	1.209
Em 31 de dezembro de 2023	30.618	30.618

19.4. Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos calçados em políticas internas e equipe independente das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações, processos, tecnologia e sistemas da informação, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A gestão de riscos da Companhia está alinhada com as boas práticas do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), visando aplicar as melhores práticas para identificação dos principais eventos suscetíveis a riscos, os controles associados aos objetivos e as conformidades.

19.5. Risco de continuidade de negócio: é a possibilidade de impacto financeiro, regulatório ou legal, reputacional, operacional e ao cliente, decorrentes da indisponibilidade de recursos (humanos, materiais e tecnológicos) essenciais para o funcionamento de seus serviços e atividades. A Companhia gerencia e previne possíveis interrupções de continuidade de negócio por meio das diretrizes e estratégias estabelecidas em sua Política de Continuidade de Negócio, Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Plano de Recuperação de Desastres (PRD), Plano de Administração de Crise (PAC), Plano de Resiliência Operacional (PRO), Plano de Resposta a Incidentes (PRI) e demais Documentos Corporativos sobre o tema.

19.6. Gerenciamento de capital: a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos do BACEN que determinam às entidades registradoras de ativos financeiros a manutenção de patrimônio líquido mínimo de R\$ 30.000 conforme previsão do art. 60, III da Resolução BCB nº 304 de 20 de março de 2023.

Não obstante, a TAG também precisa manter recursos suficientes para suportar perdas decorrentes de riscos gerais do negócio, não podendo esse valor ser inferior a seis meses de despesas operacionais, conforme previsão do art. 59, §1º, IV

Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 80.038 (R\$ 80.740 em 31 de dezembro de 2023), superior ao valor de patrimônio líquido exigido.

19.7. Risco cibernético: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

19.8. Risco de fraude: é a possibilidade de perdas decorrentes de operações fraudulentas no ambiente da Registradora. A Companhia está implementado todo trabalho de monitoramento das operações dos seus participantes, bem como sinaliza qualquer operação fora do padrão para investigação, através de políticas e procedimentos estabelecidos e eventual comunicação com os Órgãos Reguladores.

19.9. Conformidade: o time de Compliance e Regulatório conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade. Neste contexto, o time monitora a aderência da Companhia ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, ao Códigos de Ética e de Conduta. Não obstante, acompanha e monitora a aplicação de planos de ação para resolução de eventuais descumprimentos legais e regulatórios.